

O SUJEITO E A REVERSIBILIDADE NO DISCURSO RELIGIOSO

Antonio Carlos Lopes Petean (UFOP)
acpetean@usp.br

Resumo

Este artigo procura realizar uma reflexão sobre a relação entre o locutor e o ouvinte (pastor e fiéis) no discurso religioso Neopentecostal. Partimos da consideração do discurso enquanto efeito de sentido entre os interlocutores (locutor e ouvinte), e da posição do sujeito inserido em uma cadeia de lugares-sociais. O método interpretativo é a Análise do Discurso de linha francesa e o objeto analisado é o discurso religioso do pastor Romualdo Panceiro, membro da Igreja Universal do Reino de Deus.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Sujeito; Ideologia.

A ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA.

A escola de Análise do Discurso francesa foi fundada nos fins dos anos 60, dentro de um debate filosófico que buscava estabelecer as bases materialistas para as práticas da linguagem, segundo Maldidier (1997). Esse debate ocorre numa época em que as atividades políticas (maio de 68) influenciaram profundamente as atividades acadêmicas e as práticas disciplinares. Nesse contexto, a lingüística aparece como o carro chefe das ciências humanas, buscando traçar as relações entre a lógica, a filosofia e a linguagem. Essa atividade gerenciada pela lingüística permitiu à Análise do Discurso, uma origem própria, mas de dupla fundação, com o lingüista J. Dubois e o filósofo M. Pêcheux. Maldidier afirma que:

Nos anos que precederam 1968-70, J. Dubois e M. Pêcheux, independente um do outro, elaboraram o que vai se chamar Análise do Discurso. Ao tomarmos o viés de dupla narração, muito sucinta, é a diferença, antes de tudo que se destaca. Jean Dubois, lingüista é um universitário. Seu trajeto é o de numerosos lingüistas da época: estudos literários, gramaticais, depois passagem para a lingüística. É já um grande nome da lingüística francesa, um lexicólogo reconhecido. Ele participa de todos os empreendimentos que, na década de 1960, manifestam o espírito de conquista da lingüística: da elaboração de dicionários à criação de revistas (assim é criada *Languages*, em março de 1966). Michel Pêcheux, por sua vez, é filósofo. Desde o meio do decênio ele se encontra envolvido

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

nos debates teóricos que se desenvolvem na rua ULM, em torno do Marxismo, da psicanálise e da epistemologia. (1997, p. 16)

Então, segundo Malidier (1997), os dois intelectuais partilham principalmente as mesmas noções sobre a luta de classes, a história e a política. Eles partilham, portanto, um espaço comum, o do Marxismo e o da política. Nesse quadro comum, a lingüística, torna-se o guia das pesquisas nas ciências humanas. O projeto de Análise do Discurso nasce dentro desse contexto. Como nos diz Malidier:

Desse modo, marxismo e lingüística presidem o nascimento da AD na conjuntura teórica, bem determinada, da França dos anos 1968-70. Muito naturalmente o projeto se inscreve num objetivo político: a arma científica da lingüística oferece meios novos para abordar a política. (1997, p. 18)

Mas, em J. Dubois, a Análise do Discurso deve substituir a subjetividade do leitor pelo aparelho da gramática, e ele elege o discurso político como o grande objeto da nascente disciplina. J. Dubois vê a AD como um processo de estudo das palavras (léxico) para o estudo dos enunciados. Já M. Pêcheux vê a AD como um momento de ruptura com a noção de ideologia reinante nas ciências humanas. Ele tem por objetivo investigar as relações entre o discurso, a ideologia e o sujeito. Para isso baseia-se na releitura que Althusser faz do materialismo histórico.

É esse encontro intelectual entre um lingüista e um filósofo que permitiu estabelecer as bases materialistas para as práticas da linguagem, tendo a lingüística e o marxismo (principalmente a noção de superestrutura ideológica), presidido esse projeto.

O SUJEITO NA ANÁLISE DO DISCURSO

Ao tratar do sujeito, falamos da noção de sujeição ideológica posta em prática pela AD. Este é o ponto central da nova disciplina inaugurada por Pêcheux no curso dos anos 60 e que serve de referencial teórico-metodológica para à análise do discurso religioso aqui tratado. Tanto a noção de sujeito quanto de sujeição ideológica foram responsáveis pela ruptura epistemológica que marcou as ciências humanas, especificamente a lingüística no tocante ao sujeito.

Falar da ruptura epistemológica na lingüística é trazer à tona Saussure e as suas concepções de língua e fala. A língua em Saussure é pensada como sistema, ela deixa de manifestar sentido. Nas palavras de Pêcheux (1993, p. 62): “Ela torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o funcionamento”.

A língua passa a ser estudada no seu funcionamento próprio e com isso o social é separado do individual. Mas esta divisão efetuada por Saussure põe em evidência o outro lado da moeda, ou seja, a fala como área da subjetividade, como lugar da “independência” do indivíduo para com a língua. Na fala, encontramos a presença do outro e a possibilidade da quebra das regras gramaticais. Na fala, as redes são rompidas, e a subjetividade vem à tona.

Ao propor a separação entre a língua e a fala, Saussure achou um ponto de vista novo para a ciência lingüística. Como nos diz Henry:

O objeto da lingüística, para Saussure, não é a linguagem, mas a língua. A lingüística diacrônica, tal como ele a concebeu, estuda em que as estruturas próprias da língua, definidas de um ponto de vista puramente lingüista, determinam sua evolução. (1997, p. 38)

Mas, ao colocar a fala num campo oposto, no campo do não-sistêmico, Saussure possibilitou a AD se colocar perante a questão do sujeito-falante. Para a AD, o sujeito não é empírico, não é aquele cuja fala é transparente e as palavras são inteligíveis num primeiro momento.

O sujeito do qual fala a AD é aquele interpelado pela ideologia, submetido à língua e significando-se pelo simbólico na história.

Orlandi afirma que

Se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na História. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Em outras palavras: para dizer, o sujeito submete-se a língua. (2002, p. 66)

Mas o dizer do sujeito não lhe pertence, não lhe é próprio. Ele, sujeito, esquece-se de que seu dizer pertence a uma formação discursiva e que esta faz parte de uma formação ideológica. E toda formação ideológica corresponde a um conjunto de atitudes e representações que se ligam a posições de classes em constante enfrentamen-

to (idéia presente na concepção de história do materialismo dialético), e, portanto, em formações discursivas opostas.

Depois de apresentar a concepção de sujeito para a AD e de assujeitamento que se liga a sua constituição, trataremos de discorrer sobre o discurso religioso; onde melhor se observa a prisão ao qual o sujeito está submetido.

O DISCURSO RELIGIOSO

Para melhor entendermos a posição do sujeito capturado pelo discurso religioso, devemos partir da tipologia dos discursos e da reversibilidade que são critérios para definir os modelos discursivos.

Orlandi (1996) distingue três tipos de discursos, o discurso lúdico, o discurso polêmico e o discurso autoritário. O critério adotado para a distinção desses discursos é a relação entre o referente (objeto do discurso) e os interlocutores (locutor e ouvinte), e nessa distinção é fundamental a noção de reversibilidade. Diz ainda a autora que, pela noção de reversibilidade, não se pode fixar o locutor no lugar do locutor e o ouvinte no lugar do ouvinte. Daí, que ao serem afetados pelo simbólico da língua, eles podem perfeitamente transpor o seu lugar de origem.

Quanto à dinâmica própria a cada discurso a partir da noção de reversibilidade podemos dizer, tomando as palavras de Orlandi (1996), que o polêmico a realiza sob certas condições, o lúdico pode suspendê-la e o autoritário busca anular essa possibilidade. No discurso autoritário, o ouvinte e o locutor são de tal forma capturados pela palavra que a reversibilidade é estancada.

Como podemos observar, todos os tipos de discursos propostos possuem como parâmetro a noção de reversibilidade e como diz Orlandi:

Em se tratando do discurso autoritário, gostaríamos de observar que, embora não haja reversibilidade de fato, é a ilusão da reversibilidade que sustenta esse discurso. (1996, p. 240)

Tratar da reversibilidade é tocar na questão da polissemia trabalhada pela AD. O objeto do nosso trabalho, o discurso religioso

(neopentecostal) busca estancar a polissemia, impedindo a reversibilidade.

Impedir a reversibilidade é, como foi dito, congelar o locutor no lugar que lhe é de direito, e congelar o ouvinte, também, no lugar que lhe é de direito e dever.

Althusser (2001) afirma que Deus interpela seu sujeito em sujeito cristão e que, portanto, se existe uma multidão de sujeitos cristãos é porque existe o todo poderoso (Deus) que sujeitou indivíduos livres em sujeitos cristãos.

O autor afirma ainda que o sujeito único e absoluto (Deus) é distinto dos sujeitos interpelados e que o discurso religioso é aquele em que fala a voz de Deus. A voz do padre, do pastor ou pregador é a voz de Deus. Daí termos os “representantes de Deus na terra” como seus interlocutores-interpelados. Apaga-se, desse modo, qualquer possibilidade de um sujeito-leitor (das escrituras).

Orlandi nos diz que:

O discurso religioso não apresenta nenhuma autonomia, isto é, o representante da voz de Deus não pode modificá-lo de forma alguma (...) Há regras estritas no procedimento com que o representante se apropria da voz de Deus: a relação do representante com a voz de Deus, é regulada pelo texto sagrado, pela igreja e pelas cerimônias. (1996, p. 245)

Tomando o discurso como materialidade ideológica cujo objetivo é capturar o indivíduo livre e assujeitá-lo a um poder superior, pode-se afirmar que o indivíduo livre é interpelado por Deus para que livremente aceite sua coerção a um poder superior (ele próprio, Deus, é o poder superior), conforme escreve Orlandi (1996).

Para entender melhor esse processo discursivo que impede a reversibilidade é fundamental a distinção entre os lugares sociais no discurso religioso. O lugar social de Deus é o espiritual e o lugar dos sujeitos-cristãos interpelados é o plano material. Orlandi afirma que:

Locutor e ouvinte pertencem a duas ordens de mundo totalmente diferentes e afetados por um valor hierárquico, por uma desigualdade em sua relação: o mundo espiritual domina o temporal. O locutor é Deus, logo, de acordo com a crença, imortal, eterno, infalível, infinito e todopoderoso; os ouvintes são humanos, logo, mortais, efêmeros falíveis, finitos, dotados de poder relativo. Na desigualdade, Deus domina os homens. (1996, p. 243)

Esse reconhecimento do lugar de Deus e dos humanos (sujeitos-cristãos) é um dos efeitos de sentido do discurso religioso. O enunciado: “No princípio era o verbo e o verbo estava junto de Deus e o verbo era Deus. Todas as coisas foram feitas pelo verbo e sem ele nada foi feito”, comporta uma cosmologia cujo efeito é o reconhecimento, por parte do homem, interpelado, de que existe um poder que lhe é superior e ao qual ele deve se submeter.

Esse reconhecimento enquanto efeito de sentido, por parte do sujeito-cristão, torna-se consensual na comunidade à qual ele (sujeito) pertence. O consenso só pode ser entendido se reconhecermos o poder simbólico das palavras e que as palavras não falam por si mesmas, mas falam pelos homens que as utilizam e cujo uso se insere nas relações sociais, que são relações de poder entre os homens. Ela toma uma palavra para demonstrar sua tese. A palavra “sério” é utilizada pela autora para nos mostrar a função simbólica da palavra do ponto de vista ideológico.

Orlandi destaca que:

É muito freqüente o fato de que as pessoas se digam sérias. Essa é uma categoria que passou a ser enunciada de forma insistente no mundo acadêmico e, uma vez que se supõe que todo trabalho deve ser sério, nos perguntamos qual o sentido dessa insistência em se enunciar a seriedade. (1996, p. 266)

Ainda, segundo Orlandi:

As regras de funcionamento desse dizer podem indicar uma resposta. Observemos algumas dessas regras: 1) É preciso que o enunciador não se refira diretamente à própria seriedade, ou seja, não se diz “eu sou sério”; 2) É tolerável dizer da seriedade do próprio trabalho “meu trabalho é sério” (1996, p. 266).

Esse funcionamento discursivo possui, como efeito de sentido a respeitabilidade a partir do reconhecimento por parte do ouvinte, da seriedade do trabalho do locutor. Reconhecer a seriedade do enunciador é o que norteia esse funcionamento discursivo.

É possível encontrar, na formação discursiva religiosa, uma palavra que possui a mesma função da palavra “sério” no discurso acadêmico. É a palavra Poder. Os enunciados “Deus tem poder”, “o poder da palavra de Deus” e “o poder de Deus” (comuns nos discursos dos neopentecostais), garantem o efeito de sentido no discurso

religioso. Fica garantido o reconhecimento, por parte do ouvinte, da existência de um poder superior a ele e ao qual ele deve se submeter. O poder, reconhecido e, assim constituído, situa-se, na formação discursiva religiosa, no lado do plano espiritual (Deus). Os ouvintes reconhecem o enunciador (Deus) como aquele que os nomeou e ao qual devem se submeter. Dessa forma fica garantida a contenção da polissemia, portanto, a não-reversibilidade na formação discursiva religiosa.

Portanto, o discurso religioso é aquele onde o efeito é a total submissão do sujeito-cristão a forças que lhe são superiores. O sujeito reconhece o seu lugar e o lugar de Deus. O reconhecimento nesse caso equivale à não reversibilidade. E instala-se a idéia do bom sujeito, ou seja, o sujeito submisso à ordem divina.

Nesse discurso, a reversibilidade é impossibilitada pelos lugares sociais ocupados pelos interlocutores. A relação entre o locutor (Deus) e os ouvintes (os homens, os sujeitos) se faz através da fé e da graça, obra do poder de Deus. A fé é a possibilidade que o homem tem de alcançar a graça e a salvação da alma. Ela reforça a assimetria entre Deus e os homens. Como diz Orlandi:

Interpretando-se a fé com referência à assimetria, podemos dizer que a fé não a elimina, isto é, não é capaz de modificar a relação de não-reversibilidade do discurso religioso: a fé é uma graça recebida de Deus pelo homem, com fé, tem muito mais poder, mas como a fé é um dom divino, ela não emana do próprio homem, lhe vem de Deus. (1996, p. 250)

A fé distingue os fiéis dos não-fiéis, ela permite o reconhecimento mútuo entre os sujeitos, os irmãos da fé. Ela é um meio para definir o incluído do excluído, os que pertencem à comunidade dos que dela estão fora. A fé comprova a não-reversibilidade. Mas, para que o discurso se realize, é necessária a reversibilidade ou a sua ilusão, sem a qual o discurso não se realiza (Orlandi, 1996).

A ilusão da reversibilidade é a possibilidade de não fixarmos o locutor no lugar do locutor e o ouvinte no lugar do ouvinte. No discurso religioso seria a possibilidade de passarmos do plano espiritual para o temporal ou vice-versa. Dessa forma, como nos diz Orlandi (1996), a ilusão pode ter duas formas: quando Deus divide com os homens suas propriedades (através da graça), ou quando o homem se alça até o mundo espiritual.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Nesse caso, o homem crê que atingiu qualidades atemporais, como a onisciência e a onipotência. Vários relatos de profecias atestam essa ultrapassagem.

Mas o caso que mais nos interessa é quando Deus partilha com os homens seus dons divinos, quando ele desce até o plano temporal para conceder suas qualidades. Sobre isso, Orlandi diz que:

... O movimento de cima para baixo, aquele em que Deus desce até os homens e partilha com eles suas qualidades divinas, é o caso em que se consideram as formas religiosas em seu caráter performativo: a infalibilidade do papa, a possibilidade de ministrar sacramentos, a consagração na missa, as bênçãos, etc. Af estão: o papa, os Bispos, os padres, etc. (1996, p. 251)

Outra forma de ilusão da reversibilidade é a cura recebida, o milagre (para o neopentecostalismo, o milagre envolve também a prosperidade econômica). São provas da interferência divina no plano material.

Para refletir sobre as questões teóricas do discurso religioso analisemos os seguintes recortes do artigo “A fé sobrenatural” do bispo Romualdo Panceiro (pastor da Igreja Universal do Reino de Deus), publicado no jornal *Folha Universal*:

Se desejarmos ter uma fé inabalável, sobrenatural, de qualidade, não há outro caminho a seguir. Temos de permitir que a palavra de Deus alimente o nosso espírito com a força e o poder. Ela é a única fonte da fé; através dela conhecemos o caráter de Deus e adquirimos a força para enfrentarmos os problemas. (Panceiro, 2002, p. 2)

A sua vitória depende de uma fé pura, ela não pode ser fingida, mesquinha, duvidosa, hipócrita. É essa fé que nos alimenta, nos dá luz, a fim de sabermos qual a vontade de Deus tem confiança fortalecida. Usar a fé hoje não significa que o milagre irá acontecer amanhã. Até a realização do milagre é preciso ter confiança no Senhor. Você não pode enfraquecer, chorar, nem reclamar. Por que é assim que as forças malignas querem te ver agir. (op. cit.)

Ao investigarmos as marcas “*Se desejarmos ter uma fé inabalável*”, “*não há outro caminho a seguir*”, “*temos de permitir*”, “*a sua vitória depende*” e “*você não pode enfraquecer*”, tocamos num dos pontos centrais do discurso autoritário (e o discurso religioso se caracteriza por ser autoritário), que é a ausência de disputa pelo objeto e a presença não de interlocutores, mas de um agente exclusivo

que tem como função dar ordens. E o ato de ordenar pressupõe uma hierarquia dentro da formação discursiva autoritária. Orlandi afirma que:

Para ordenar exige-se uma certa relação hierárquica entre quem ordena e quem obedece; para interrogar, há também a exigência de certas condições, e o direito de interrogar, exercido por uma autoridade, converte-se em poder de ordenar e, logo, não pode ser atribuído indistintamente. (1996, p. 18)

Nas marcas desses recortes, identificamos uma autoridade, no caso o pastor, que se apresenta como aquele que dá ordens e o seu discurso como aquele que conhece o “caminho” ao qual o fiel deve se submeter e seguir.

Já as marcas “*palavra de Deus*”, “*única fonte da fé*”, “*através dela conhecemos*” e “*adquirimos a força*”, garantem a permanência da assimetria do discurso religioso. A palavra de Deus apresentada como única fonte da fé garante ao homem o conhecimento e a força. Descaracteriza-se, assim, outras formas de obtenção do conhecimento e pressupõe-se um homem fraco para enfrentar os problemas que se apresentam perante ele. Essas marcas possuem então uma propriedade enquanto efeito de sentido, o ouvinte se vê como sujeito fraco e que o conhecimento para ser adquirido só tem um caminho: a palavra de Deus.

Outra característica importante do discurso religioso é o reconhecimento mútuo entre os sujeitos (entre o locutor e os ouvintes). Esse reconhecimento fica garantido com as marcas “*essa fé que nos alimenta*” e “*nos dá luz*”. Orlandi realça essa característica ao dizer que:

A fé é que distingue os fiéis dos não-fiéis, os convictos dos não convictos. Logo é o parâmetro pelo qual se delimita a comunidade e constitui o escopo do discurso religioso em suas duas formações características: para os que crêem, o discurso religioso é uma promessa, para os que não crêem, é uma ameaça. (1996, p. 250)

Podemos dizer que a fé define os “irmãos de sangue”, numa sociedade de excluídos e incluídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

HENRY, Paul. A história não existe? **In:** ORLANDI, E. P.. *Gestos de leitura: Da história no discurso*. Tradução Mônica Graciela Fontana. Campinas: UNICAMP, 1997.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. **In:** ORLANDI, E. P.. *Gestos de leitura: Da história no discurso*. Tradução Mônica Graciela Zoppi Fontana. Campinas: UNICAMP, 1997.

ORLANDI, Eni Pucinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996.

———. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 2001.

———. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

PANCEIRO, Romualdo. *A fé sobrenatural*. São Paulo. Folha Universal, 2002.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: Três épocas. Tradução de Joana de A. Romualdo. **In:** GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: UNICAMP, 1983, p. 311-318.

———. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. **In:** ——. *Escritos*, 4. Campinas: Laboratório de Estudos Urbanos (Nudecri), 1984, p. 7-16.

———. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pucinelli Orlandi et al. Campinas: UNICAMP, 1988, p. 143-199.

——— & Fuchs. A propósito da análise automática do discurso: Atualização e Perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. **In:** GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: UNICAMP, 1975, p. 163-252.